

# Fernando Henrique diz que o País cansou de retórica

ESTADO DE SÃO PAULO

**A**baixo, o discurso do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na posse do ministro de Política Fundiária, Raul Jungmann.

"A decisão que eu tomei, de designar um ministro extraordinário para a política fundiária neste momento traz o sentido inequívoco de demonstrar a importância que o governo atribui politicamente à questão fundiária no Brasil.

Está presente, aqui, o presidente da Contag, e mais de uma vez eu me reuni com a Contag, assim como me reuni com o Movimento dos Sem-Terra, e a reivindicação; não diria fundamental, mas que mais chamava a atenção dizia respeito a que se desse uma demonstração política da vontade do governo, personificada, como é de praxe no Brasil, pelo presidente, no sentido de mostrar que a questão fundiária e, em particular a da reforma agrária, é prioridade do governo.

Eu jamais concordei em que houvesse a ligação direta do Incra com a presidência da República por uma razão muito simples: porque não há mecanismo administrativo capaz de permitir que essa ligação possa significar, efetivamente, um aperfeiçoamento institucional.

Eu pediria às pessoas que estão assistindo que se manifestassem um pouco mais tranquilas, hoje, aqui. Eu acredito que em certos momentos se fazem necessários a atenção e o respeito, senão ao presidente, ao tema em discussão.

Eu dizia que era necessário haver um aperfeiçoamento e não pura e simplesmente alguma coisa simbólica.

Pois bem. Eu não acredito que a criação de máquinas administrativas resolva o problema da terra. Eu não vou encorajar a multiplicação de burocracias.

O ministro Jungmann acabou de dizer que ele não vem para ampliar canais burocráticos; ele vem para mostrar a atenção direta do governo sobre uma questão. E, nesse sentido, eu creio que, atendendo à reivindicação que me foi trazida pelos líderes, tanto da Contag e sobretudo pelo Francisco Urbano, como por todos aqueles que têm demonstrado a sua preocupação, que é nossa também, no aperfeiçoamento das estruturas capazes de lidar com a questão agrária.

Mais ainda. Não creio que devamos tapar o sol com a peneira. Esta questão assumiu, hoje, no Brasil, uma conotação que vai muito além do fato em si.

O ministro Jungmann mencionou outros momentos da História, nos quais o interesse pela reforma agrária galvanizou a opinião política no país. Eu pertencio a essa época. Às transformações ocorridas na sociedade brasi-

leira, talvez hoje não a tornem — e já o disse o ministro — questão com a mesma amplitude e com a mesma capacidade de solução das grandes questões nacionais, como eventualmente foi no passado. De um país rural, passamos a ser um país eminentemente urbano. De um país produtor agrícola, sem que o deixemos de ser, passamos a ser um país industrializado, em cuja pauta de exportações os produtos manufaturados primam sobre os demais produtos.

Não obstante, hoje a questão agrária tem uma conotação simbólica talvez ainda mais importante do que a anterior. É que de alguma forma, o crescimento deste país, esta capacidade transformadora imensa do país, não foram capazes de acabar com aquilo que mais perturbava a possibilidade de nós divisarmos um horizonte tranquilo, que é a injustiça social, a pobreza e mesmo a miséria.

E é por isso que hoje, quando se fala na questão da terra, na verdade fala-se muito mais do que simplesmente em uma questão localizada da reforma agrária. Fala-se da injustiça social, fala-se da pobreza, fala-se da falta de esperança de milhões de brasileiros.

Muitas vezes as pessoas não compreendem. Não compreendem que o efeito, quase que de curto-circuito, de um problema localizado no campo tem essa feição, essa capacidade galvanizadora, porque na verdade na consciência de cada brasileiro está muito viva a questão da injustiça.

Eu disse, há algum tempo atrás, também durante a campanha eleitoral, que o Brasil não era um país subdesenvolvido; era um país injusto. No começo, as pessoas custam a entender os conceitos; hoje basta olhar os números. Basta ver qual é o nosso produto bruto, basta ver qual é a nossa renda per capita, basta ver qual é a nossa pauta de exportações, basta ver qual é o valor agregado de cada ano, nessa pauta de produção, e que setores são os setores que aí participam. Basta ver qual o nosso desenvolvimento tecnológico e ver que, de fato, será muito difícil imaginar que esse país é subdesenvolvido.

Já temos desenvolvimento suficiente para ele não poder mais ser complacente com a pobreza e a miséria. Nós já temos condições de mudar. E nós estamos mudando de uma forma demasiadamente lenta. E é isso que, de alguma forma, vem, do que se chama o "grito da terra". Não é, em si mesmo, a questão. Ela existe, mas é muito mais ampla do que isso.

Se ela é uma questão mais ampla do que simplesmente uma questão de localização e de assentamento de famílias, se ela é uma questão política, se ela é uma questão de denúncia, que nós próprios fazemos do nosso modo de viver socialmente, ela tem que ser encarada por todos nós.

Desde os infelizes acontecimentos no Pará de Marabá, desde aquele momento que foi um

precipitador — e na verdade não foi o único, infelizmente, episódio trágico — o país sentiu isso. Desde aquele momento, eu devo dizer que os responsáveis pela direção política nacional perceberam essa questão. O ministro Sepúlveda Pertence, o deputado Luis Eduardo, o senador Sarney, o vice-presidente Marco Maciel e eu próprio, procuramos, juntos, demonstrar ao país que a nossa preocupação era institucional, não era uma preocupação partidária, não era uma preocupação apenas em termos das respectivas responsabilidades, mas era a compreensão de que se não houver — e isso vale hoje — uma convergência de esforços, se nós não entendermos essa situação como uma situação na sua complexidade e globalidade, que só poderá ser resolvida se todos participarmos, será muito fácil proclamar que somos contra a injustiça, será muito fácil estender faixas pelo país afora, será muito fácil buscar culpados. Mas aquele que está na miséria não terá um passo efetivo para melhorar a sua condição de vida. E o Brasil cansou da retórica, da demagogia, e também dos braços cruzados.

A responsabilidade de Vossa Excelência, senhor ministro Raul Jungmann, é que cabe a Vossa Excelência simbolizar que os nossos braços não estão cruzados, mostrar o que se fez, não para dizer que já se fez, mas para demonstrar o quanto custa fazer e quanto mais temos a fazer.

Jamais entrei no debate vão sobre quantas famílias foram assentadas. Eu sei, e aqui está o dr. Raul do Vale, a quem eu agradeço o esforço que vem fazendo no Incra, como agradeço também ao ministro José Eduardo Vieira, que não sei se está nesse momento, porque apoiou e nós desapropriamos mais de 1 milhão de hectares de terra. Mas não adianta confrontar números. Que adianta dizer que a média histórica de assentamentos são 16 mil famílias e que o ano passado assentamos 40 mil? E que adianta outros contestarem a dizerem que não, se nós mostramos a pilha com a relação de famílias assentadas. Tudo isso é ridículo. O que são 40 mil famílias, nesse oceano de dificuldades de milhões de brasileiros?

A nossa disputa não pode ser da numerologia, ministro Krause. Não pode ser de saber quem fez mais, quem fez menos. É muito maior do que o nosso desafio. É o termo consciência de que, por mais que façamos, o tempo vai escorrer, e muito tempo para que, efetivamente, as coisas tenham um sentido de dignidade humana e que nós possamos dizer como nós queremos, com sinceridade, que nesse país a injustiça social não é abrigada pelos poderes públicos e não encontra apoio na sociedade. Pelo contrário, encontra o repúdio da sociedade. Leva tempo. Leva tempo e requer decisão.

E quando eu digo "leva tempo" não é no sentido de dizer "não se pode fazer mais". É para apelar para que se faça mais. Apelos aos prefeitos, aos governadores, aos funcionários. Mas

eu apelo, também, às forças políticas, àquelas que estão interessadas efetivamente na mudança do Brasil, àquelas que gritam contra o governo. Não importa isso. Mas que não termine a sua ação política e não pense que a sua boa consciência adormece com o grito. A boa consciência de todos nós só adormecerá quando houver mudança efetiva na condição de vida do povo.

E hoje, nós sabemos que essa mudança efetiva requer um esforço solidário imenso. É por isso que está aqui todo o ministério, é por isso que estão aqui os três Poderes da República. É porque, de alguma maneira, se sente que nós estamos em uma hora em que nós precisamos, com sinceridade, fazer o possível para modificar a situação social do Brasil.

Repito: não se modifica, sem que haja entendimento, compreensão, competência, dedicação e fiscalização da sociedade, dos vários Poderes.

Nós estamos tratando de aperfeiçoar mecanismos legais. É lento? É lento. É lento, porque as formalidades democráticas têm que ser respeitadas. Quem fala aqui, lutou sempre pelo respeito à democracia, aliás, os que estamos aqui. Não seremos nós os que iremos depressa, essa pressa que não resolve. Repito: o que não significa que cruzemos os braços, nem que estejamos coniventes com a malevolência de certas decisões. Mas nós estamos tratando de modificar.

É necessário modificar certas regras, certos ritos. E é necessário, ao modificá-los, ouvir as várias partes, e chegar-se a um entendimento sustentado. O governo não terá dúvidas, quando for legítimo, inclusive de tomar as decisões, sob forma de Medida Provisória, desde que tenha sustentação política.

Eu nunca tive dúvidas a respeito do exercício do Poder Constitucional. Não posso, evidentemente, modificar uma Lei complementar através de Medida Provisória, porque a Constituição não me permite. Então, não posso modificar certas leis. As leis que lá estão foram mandadas por nós, há meses. Não culpo o Congresso, são poucos meses e esta matéria requer maturação por parte do Congresso, efetivamente.

Mas não é só a legislação. É mais do que a legislação. Somos nós, também, parte do governo, burocracia do governo, Incra, somos nós também que temos que nos modificar. Temos que agilizar, temos que mudar práticas, temos que reformar, temos que ter coragem mesmo, para cobrar competência. E, se possível, sendo incompetente, ou sendo relapso ou corrupto, fora do governo. Não é mais possível, simplesmente, desculpar, desculpar e desculpar.

No momento em que o Congresso nos der mais condições para uma ação mais eficaz, nós utilizaremos os poderes constitucionais para que essa ação seja obtida. Mas eu não acredito — assim como eu não creio que a violência

resolva as questões — também que a perseguição a um setor do governo, ou a um funcionário, resolva qualquer questão.

A cobrança efetiva de um desempenho eficaz não substitui a motivação, não substitui o diálogo, não substitui o respeito ao trabalho, que eu sei que é imenso, de muita gente do próprio Incra, e de muitos setores das burocracias, das procuradorias. Como também é imenso no Judiciário, como é imenso no Congresso. Não se constrói destruindo aqueles que estão tratando de entender e tratando de mudar as coisas.

É com esse espírito, senhor ministro, que nós vamos trabalhar juntos. Eu não sou especialista — longe de mim — nesta matéria. Acredito que nós hoje devamos multiplicar os canais — e Vossa Excelência citou alguns — que são capazes de agilizar a oferta de terras. Não basta fixarmos na questão da desapropriação. Política fundiária é muito mais do que só desapropriação. E política agrária é muito mais do que simplesmente assentar famílias e deixá-las perdidas a esmo.

Vossa Excelência mencionou alguns tópicos, que eu creio que são de maior importância. Um deles diz respeito à agilização da oferta de terras. É possível agilizar a oferta de terras e utilizar os mecanismos existentes de mercado para, em boas condições de preço — porque os preços estão baratos — aumentar a possibilidade de assentar famílias nas terras.

Mas é preciso também — e Vossa Excelência citou — insistir muito no Planaf, muito no desenvolvimento da agricultura familiar, no Projer e em programas que são específicos, para dar continuidade à produção daqueles que, na economia, às vezes de subsistência, dão emprego à sua família e se mantêm com uma relativa capacidade de sobrevivência e com dignidade.

Não é somente dar terra. É dar muito mais do que isso, é condições de trabalho efetivo. E nós não podemos nos iludir, sobretudo os que têm a possibilidade de conhecer outras experiências históricas, não podemos nos iludir quanto a que nós possamos resolver tudo através de panacéias, e nem que a reforma agrária seja uma panacéia, porque não é. Nós vamos precisar continuar investindo em muitos setores, na área agrícola; nós precisamos manter a produtividade do campo; nós precisamos manter as fazendas prosperando, porque senão nós não atenderemos à demanda dessa população, que hoje é eminentemente urbana, e que não há de ser atendida, simplesmente, pela pequena propriedade.

Na Europa, quando se passou por um processo rápido de urbanização, e quando houve um forte empobrecimento do campo, houve um apelo à migração. Cerca de 60 milhões de europeus vieram florescer nas Américas ou, quem sabe, alguns sequer florescer, vieram padecer nas Américas. De qualquer maneira,

houve uma espécie de sangria que tirou parte da população, que não conseguia ser incorporada aos mecanismos vigentes, e que permitiu uma certa prosperidade, com maior tranquilidade. Infelizmente, ou, quem sabe, felizmente, não é o nosso caso. E, quem sabe, felizmente, porque nós teremos que enfrentar a situação dos brasileiros aqui, no Brasil. Mas nós teremos que enfrentá-la.

Senhor ministro, pode ter certeza de que não só o presidente da República, mas todo o governo e, tenho a convicção de que todos os Poderes da República e pelo apoio da sociedade de às medias que se possam tomar, eu tenho certeza que todo o país está ávido por ver que, efetivamente, as coisas não só estão marchando, mas estão marchando com respeito a procedimentos que são pactados, definidos, as metas são as metas possíveis e propostas e há o respeito à legitimidade democrática e à legitimidade constitucional.

Só neste quadro, de efetivo respeito a um conjunto de regras, e de uma efetiva vontade de atender aquilo que é imperioso, como uma necessidade social do país, é que nós poderemos divisar um futuro mais tranquilo.

Eu acho que nós devemos àqueles que foram chacinados recentemente, nós devemos a homenagem da nossa humanidade, diante do tamanho da tarefa. Mas também da nossa pertinácia, diante da imperiosidade, e que atendam aos reclamos da população carente, daqueles que realmente precisam de que as coisas caminhem.

Eu acho que o momento do Brasil é um momento que permite esse apelo à paz. E eu peço a Vossa Excelência que, no seu ministério, organize uma Comissão de Terra e de Paz, e que coloque nessa comissão os representantes dos setores mais diretamente interessados nessa temática; que coloque os representantes da CNBB; que coloque os representantes escolhidos por Vossa Excelência e por mim, dos diversos setores que possam cooperar, para que haja um diálogo positivo e produtivo, incluindo aqueles que são diretamente interessados na questão da terra. E eu peço a Vossa Excelência que, com todo o entusiasmo, seja realmente o símbolo de um Brasil que sacudiu a poeira, e confia em que as injustiças vão ser, cada vez mais, do passado e que o futuro vai ser cada vez mais digno de um país, cujos filhos requerem de nós, nesse momento, muito, mas muito mesmo, esforço e empenho.

Eu conto com Vossa Excelência, e espero, e tenho certeza de que o Brasil todo entenderá que nós faremos o que for necessário, dentro da lei, com respeito às instituições, buscando convergência, mas não sendo insensíveis, nem à injustiça, nem complacentes para com a impunidade.

Muito obrigado."